
**OS PROCESSOS DE FORMAÇÃO E AS DINÂMICAS
DAS REGIÕES PIONEIRAS: O CASO DA COSTA ATLÂNTICA
NICARAGUENSE E DA AMAZÔNIA BRASILEIRA**

FRANÇOIS LÉVÊQUE

Agroeconomista

*Pesquisador do Centro de Economia de Recursos Naturais, ENSMP
60, Bld Saint Michel, 75272 Paris Cedex 06*

RESUMO

Duas questões são tratadas neste artigo: Quais são os fatores nacionais na origem da colonização pioneira? Como caracterizar de forma dinâmica o sistema pioneiro de exploração?

Duas teses são avançadas: a primeira é que a criação de regiões pioneiras se articula fundamentalmente aos fatores políticos de soberania territorial, da legitimidade do Estado e da identidade nacional. Ela resulta secundariamente dos fatores sociais (crises demográficas e agrárias) e econômicos (ampliação das bases do crescimento).

A segunda tese é que o sistema de exploração pioneiro tem sua base na atividade extrativa dos recursos primários. Sua dinâmica produtiva é determinada pela existência de rendas geradas a partir desta atividade. Ela pode ser acompanhada por uma dinâmica especulativa fortemente articulada às transferências realizadas pelo Estado para as regiões de colonização. As dinâmicas pioneiras são caracterizadas por fenômenos de apropriação e de criação de excedente.

O futuro das regiões pioneiras depende então fundamentalmente das condições de passagem de uma economia rentista e redistributiva a uma economia industrial e agrícola não-extrativa.

Estas teses apóiam-se em dois casos concretos: a costa atlântica nicaraguense e a Amazônia brasileira.

Palavras-chave:

Regiões pioneiras — pioneiros — exploração fundiária — rendas — dinâmicas econômicas — Nicarágua — Amazônia — Brasil.

**LES PROCESSUS DE FORMATION ET LES DYNAMIQUES
DES RÉGIONS PIONNIÈRES. LES CAS DE LA CÔTE
ATLANTIQUE NICARAGUAYENNE ET DE
L'AMAZONIE BRÉSILIENNE**

RÉSUMÉ

Deux questions son traitées dans cet article. Quels sont les facteurs nationaux à l'origine de la colonisation pionnière? Comment caractériser de façon dynamique le système pionnier de mise en valeur?

Deux thèses sont avancées. La première est que la création des régions pionnières se rapporte principalement aux facteurs politiques de la souveraineté territoriale, de la légitimité de l'État et de l'identité nationale. Elle résulte secondairement des facteurs sociaux (crises démographiques et agraires) et économiques (élargissement des bases de la croissance).

La seconde thèse est que le système pionnier de mise en valeur est fondé sur l'activité extractive des ressources primaires. Sa dynamique productive est déterminée par l'existence des rentes issues de cette activité. Elle peut être accompagnée d'une dynamique spéculative liée aux transferts de l'État vers les régions de colonisation. Les dynamiques pionnières sont marquées par les phénomènes d'appropriation et de création des surplus.

L'avenir des régions pionnières dépend dès lors fondamentalement des conditions de passage d'une économie rentière et redistributive à une économie non extractive de développement productif.

Ces thèses prennent appui sur deux cas: la Côte Atlantique nicaraguayenne et l'Amazonie brésilienne.

Mots-clés:

Regions pionnières — pionniers — système de mise en valeur — rentes — dynamiques économiques — Nicaragua — Amazonie — Brésil.

THE ECONOMIC DYNAMICS OF PIONEER AREAS. THE EXAMPLES OF BRAZIL AND NICARAGUA

ABSTRACT

Two topics are discussed in this paper: The main national factors involved in the making of pioneer regions? The dynamics of the pioneer land use system?

We propose two theses. The first holds that the making of pioneer areas is mainly tied in with political factors, viz., territorial sovereignty, State legitimacy and national identity. In second position come social factors (overpopulation and land use crises) and economic factors (widening of the grounds for economic growth).

The second thesis is that the pioneer land use system is based on the exhausting exploitation of natural resources. Productive dynamics are governed by the rents produced by this activity. A speculative dynamics related to state financial transfers to pioneer regions, goes along with this productive dynamics.

The future of pioneer areas will depend, to a large extent, on the changeover conditions from a rental and distributive economy to a non exhaustive production-oriented economy.

The Brazilian Amazon Basin and the Nicaraguan Atlantic Coast are given as examples.

Key Words:

Pioneer regions — pioneers — land use system — rents — economic dynamics — Nicaragua — Brazil — Amazon.

*“Pionnier: n.m. (1382;
“fantassin”, déb. XIIème;
de pion).*

*1.º Soldat employé aux
travaux de terrassement
V. Sapeur — Soldat du
Génie ou d’une unité
auxiliaire du Génie.*

*2.º (1828, d’apr. angl.
pioneer, d’o. fr.) Colon
qui s’installe sur des
terres inhabitées pour les
défricher. V. Défricheur.
(...)”
(in dictionnaire Le Petit
Robert, 1979).*

Duas questões principais são tratadas neste artigo. Quais são os fatores nacionais na origem da colonização pioneira? Como caracterizar de maneira dinâmica o sistema de valorização das novas terras?

Os elementos de resposta apóiam-se no estudo de dois casos: a Costa Atlântica nicaragüense e a Amazônia brasileira.

1. OS PROCESSOS NACIONAIS DA FORMAÇÃO DAS REGIÕES PIONEIRAS: O PESO DOS FATORES POLÍTICOS

Quais são os fatores fundamentais da criação dos espaços pioneiros? Como hierarquizá-los?

O período pelo qual nos interessamos aqui é o da formação da região pioneira. Ele pode ser definido como o estágio das campanhas de povoamento e do desdobramento da ocupação pioneira(1).

A formação das regiões de colonização é estudada unicamente no seu quadro nacional. O peso dos fatores internacionais é analisado em numerosas publicações (em particular J.P. Raison, 1978 e D. Slutsky, 1981).

Quatro séries de fatores podem ser distinguidas: os fatores demográficos, os fatores agrários, os fatores do crescimento econômico, e enfim os fatores da política nacional. Os fatores demográficos referem-se ao crescimento da população, tanto urbana quanto rural, e ao aumento do subemprego. Os fatores agrários referem-se aos elementos consecutivos às transformações da agricultura nas regiões de ocupação humana antiga, em particular às crises no campo.

(1) Para a Amazônia brasileira, por exemplo, esse período cobre os anos 50, 60 e início dos anos 1970. Ele se inicia com a fundação da Amazônia Legal (1953) e termina com a chegada ao poder do general Geisel e a programação do II PND (II Plano Nacional de Desenvolvimento (1974)).

Os fatores do crescimento econômico referem-se principalmente à ampliação das bases de acumulação (novas alternativas para os capitais, aumento da produção, principalmente de matérias-primas) e, em segundo lugar, à ampliação da redistribuição. Enfim, os fatores de política nacional referem-se à soberania e à legitimidade dos Estados, e à identidade nacional.

Eis um exemplo: o caso da Costa Atlântica da Nicarágua. A hierarquia dos diferentes fatores e suas ligações com a política dos Estados são a seguir discutidas.

1.1. *A formação da colonização da Costa Atlântica da Nicarágua*

Por ocasião da independência da Nicarágua, em 1821, o território nacional se encontrava dividido em duas partes. As regiões do Pacífico e do Centro-Oeste pertenciam à Espanha. A metade Atlântica estava sob o domínio da Inglaterra; suas populações indígena e caraíba não têm nada em comum com a do resto do País. A expulsão definitiva dos ingleses é realizada no fim do século XIX. É obra do general J.S. Zelaya, que dará seu nome à província Atlântica. A comunicação efetiva entre as duas faixas litorâneas somente será realizada no início dos anos 1960. Ela ocorre após os fracassos sucessivos do canal intra-oceânico e de uma linha férrea. A estrada Manágua-Rama é concluída em 1965; atinge-se em seguida Bluefields por barco. O grande programa de colonização somozista, o projeto Rigoberto Cabezas (abreviado Prica), situa-se ao sul de Rama, na região de Nueva Guinea. É “com a construção da estrada um dos esforços mais significativos empreendidos para incorporar essa zona (a Costa Atlântica) ao processo de desenvolvimento integral do País” (IAN, 1969). O Prica insere-se no desígnio cada vez remanifestante da integração política dessa metade do território tão pouco nicaraguense.

O desenvolvimento da lavoura do algodão e da atividade pecuarista é o principal fator da migração pioneira. A introdução da cultura do algodão data dos anos 50; ela estende-se rapidamente pelos departamentos de Leon e Chinandega, tradicionalmente especializados na criação extensiva e na produção alimentar. Entre 1952 e 1962, as exportações algodoeiras passam de menos de 1% a 40% das exportações totais (R. Le Guen, 1978). Para o ano de 1965, elas representam sozinhas a totalidade das exportações de 1962. Com a extensão do mercado norte-americano, a pecuária toma na Nicarágua bem como em todo o istmo centro-americano um impulso considerável. Entre 1955 e 1965, as exportações nicaraguenses de carne duplicam em volume (F. Lévêque, 1983). No final dos anos 1960, elas ocupam o terceiro lugar no fornecimento de divisas, depois do algodão e do café. A produção bovina do Pacífico estende-se rapidamente ao Norte Central (departamentos de Boaco e Chontales) depois à província de Zelaya. A atividade de criação, muito extensiva, aumenta por crescimento na superfície das pastagens. O campo de extensão privilegiado é aquele das margens e progressivamente do interior da floresta tropical úmida.

Há então dois tempos síncronos: “liberação” da mão-de-obra dos campos do Pacífico e reemprego para implantar pastagens nas parcelas florestais no Norte Central, depois em Zelaya. Os antigos latifundiários se tornam ou são

substituídos por empreendedores capitalistas, não têm mais interesse em contratar uma mão-de-obra permanente ou semipermanente. As parcelas deixadas de graça ou alugadas aos camponeses para a produção alimentar são retomadas para estender as superfícies de algodão. A mão-de-obra é despedida ou, mais freqüentemente, expulsa pela violência. Tornando-se migrante e pioneira, ela abre espaço à criação. A abertura do espaço florestal está fundamentada sobre o movimento articulado: desmatamento pelos pioneiros/apropriação e utilização para pastagens pelos criadores. O pioneiro, em troca do direito à lavoura alimentar, desmata para o grande proprietário. Mais a miúdo, nenhum acerto existe entre as duas partes. O primeiro ocupante é mais tarde expulso. O pioneiro troca. ou perde todos os direitos sobre a terra desmatada.

A população da província de Zelaya aumenta de 82% entre 1963 e 1974, contra 30% em média pelo conjunto do País. Uma das conseqüências do desenvolvimento do algodão é o deslocamento da produção alimentar. No decorrer dos anos 60, mais de 25.000 ha de produção de grãos na zona do Pacífico são substituídos pelo algodão. Em 1965, a superfície cultivada em milho da província de Zelaya representa 7,5% da área de produção nacional; 7,4% para o feijão. Dez anos mais tarde, as porcentagens respectivas são de 16,5% e 13%. A nível nacional, o desvio amplia-se entre o crescimento da população e o aumento da produção de alimentos. "Além de oferecer oportunidades econômicas aos pioneiros assentados, previa-se que a zona do projeto (Prica) aprovisionaria o mercado interior com produtos alimentícios, aliviando desse modo o déficit de produtos básicos decorrente da transformação da zona do Pacífico em região de produção de exportação" (J.R. Taylor, 1968).

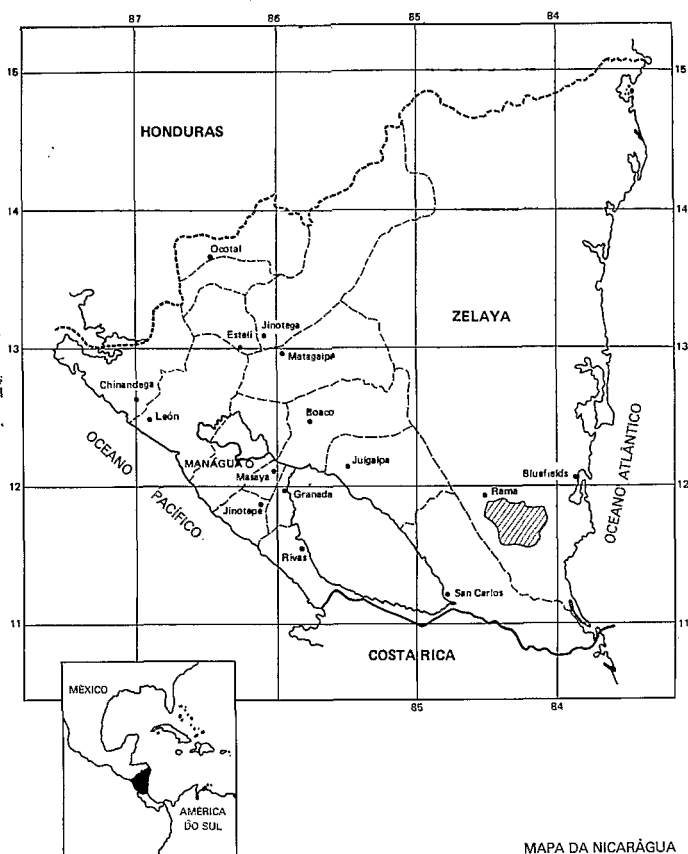
A integração econômica da Costa Atlântica visada deve permitir também o aproveitamento das instalações portuárias de Bluefields e assim proporcionar uma saída mais favorável aos produtos de exportação rumo aos mercados internacionais.

1.2. *A hierarquização dos diferentes fatores*

As quatro séries de fatores citadas são entrosadas. Este entrosamento difere de um país ao outro. Nos países asiáticos, por exemplo, o peso dos fatores demográficos é mais forte que na América do Sul. Ele evolui igualmente nos tempos posteriores à formação da região pioneira. A periodização estabelecida por M. Foucher (1977) para o caso da Amazônia brasileira é uma demonstração disso. Essa diversidade não deve impedir a procura de uma hierarquização dos fatores, no tempo em que nos interessamos aqui pela constituição da região pioneira. Esta procura conduz a observar uma superdeterminação dos fatores da política nacional sobre os fatores estritamente econômicos e sociais.

A criação das regiões pioneiras arrasta na América do Sul uma redistribuição muito modesta da população, no nível nacional (F. Guitard, 1977). As possibilidades efetivas de absorção do crescimento demográfico são limitadas tanto no Brasil quanto na Nicarágua, e a principal alternativa para os colonos sem terra e sem trabalho é a migração urbana.

Três argumentos permitem redimensionar o peso dos fatores econômicos (à sua justa proporção). O primeiro é que os inventários de recursos são poste-



MAPA DA NICARÁGUA

riores à ocupação do povoamento. No Brasil, o projeto Radam (Radar da Amazônia) é lançado em 1975. Ele é concluído no início dos anos 1980. Para o Sudeste da Nicarágua, os primeiros estudos de reconhecimento do meio datam de 1973, ou seja, 8 anos após a instalação dirigida dos colonos. A riqueza admitida dos novos territórios não é inicialmente fundamentada. O segundo argumento é que, pela firmas não-extrativas e os grandes proprietários criadores, as possibilidades de acumulação a partir da produção ou da especulação não se limitam às novas regiões. Os criadores, por exemplo, podem investir seus capitais na intensificação de sua produção ou na especulação imobiliária e financeira. Isto explica o aumento da necessidade para o Estado de oferecer cada vez mais incentivos para aplicação dos capitais em zonas pioneiras (caso da criação da Zona Franca de Manaus). O terceiro argumento enfim é que os fundos públicos necessários à realização dos programas de colonização são consideráveis. Para os Estados, as possibilidades de reembolso dos investimentos são arriscadas; elas só são realizáveis, eventualmente, a longo prazo.

Resta então explicar a diferença entre, de uma parte, as perspectivas oferecidas pela abertura dos espaços pioneiros no plano social e econômico, e, de

outra, os meios materiais e sobretudo de propaganda utilizados para colonizar os novos territórios.

Esse excesso tem sua significação no plano político. O caso brasileiro permite ilustrá-lo. Na formação da Amazônia pioneira, como na Nicarágua, está em jogo a realização da soberania nacional. É preciso povoar a fronteira: "Ocupemos a Amazônia hoje ou a perderemos" (2). Há uma necessidade da extensão do controle estatal e da integração política. Mas, mais fundamentalmente, a Amazônia está sob o regime populista de Vargas e sobretudo sob o regime militar, o ponto de apoio essencial do nacionalismo brasileiro. O período de 1968-1973 pode ser caracterizado como o estabelece M. Foucher (1977) como "o Brasil na hora amazonense"; a figura nacional proposta pelo Estado para firmar sua legitimidade é Brasil = Amazônia. No decorrer desse período, a crítica da colonização amazonense é julgada antibrasileira. O cidadão oposto à colonização é suspeito de ser um não-brasileiro. Na França, o oponente à guerra da Argélia não era um antifrancês?

A abertura dos espaços pioneiros constitui-se principalmente a partir da questão nacional. Secundariamente, ela resulta dos fatores sociais e econômicos. As possibilidades de tratamento dos problemas demográficos, agrários e do crescimento econômico, pela colonização interior, são objetivamente limitadas.

Podemo-nos interrogar em conclusão a esta primeira parte sobre a vontade real do Estado de operar através da execução do desenvolvimento pioneiro, um verdadeiro tratamento das questões sociais, econômicas e políticas. Podemos disso duvidar se observarmos as formas tomadas pela intervenção das instituições estatais encarregadas da colonização. As características comuns às suas primeiras intervenções são solidamente estabelecidas (J.P. Raison, 1978). Simplesmente nós as lembraremos. São em número de quatro: o enquadramento dos pioneiros, se quer total, a distribuição dos meios postos à disposição dos colonos, se quer igualitária; a existência da população aborígine não é levada em consideração, as perspectivas de evolução do perímetro enquadrado são ocultadas. A exaustividade, o igualitarismo, a negação de uma ocupação anterior e a rigidez ajustam-se com o comportamento burocrata e tecnocrata. Estas características estão sobretudo ligadas também à visão ideológica pioneira. O igualitarismo teórico dos projetos é uma concretização da utopia pioneira. Mas no fundo a negação dos processos de diferenciação social e econômica é indissociável das etapas posteriores à ocupação da povoação. O Estado desobriga-se em seguida da corrida seletiva que se desenrola entre os pioneiros, os grandes proprietários-criadores e as firmas e no seio de cada uma dessas categorias.

Seria então a colonização pioneira uma alternativa de não-tratamento dos problemas confrontados pelo Estado? Seria ela uma saída provisória permitindo evitar as contradições internas sociais, econômicas e políticas?

É preciso examinar agora a que leva o jogo dos fatores nacionais na origem da colonização pioneira.

(2) Discurso de Costa e Silva em Belém em 1968, citado por M. Foucher (1977).

2. A DINÂMICA DO SISTEMA PIONEIRO DE VALORIZAÇÃO: criação e apropriação das rendas, redistribuição dos excedentes provenientes da atividade de extração e das transferências do Estado.

Como caracterizar o sistema de valorização das regiões pioneiras? Qual é a sua dinâmica? Em que direção ele pode evoluir?

2.1. O sistema pioneiro de valorização

O sistema de valorização de uma região dada pode ser definido como a combinação do conjunto das atividades materiais, sociais e biológicas que aí se desenrolam (G.R. Larrere, e A. Brun, 1983). Seu estudo é em geral circunscrito nas características agrícolas. No caso das regiões pioneiras, torna-se indispensável considerar o conjunto das práticas da exploração do meio: extração mineral ou petroleira, exploração florestal, aproveitamento das águas e valorização agrícola. Esta última pode, com efeito, ser localmente subordinada às outras atividades.

Caracteriza-se o sistema pioneiro de valorização como sendo fundamentado sobre a atividade extrativa dos recursos primários. Sua dinâmica é marcada pelos movimentos de criação, de apropriação e de redistribuição da renda.

É preciso, entretanto, partir de um fato: as regiões pioneiras são espaços pouco “antropizados”; os ecossistemas são aí fracamente “artificializados”.

Em nenhum caso, entretanto, esses territórios podem ser considerados como vazios ou virgens de qualquer ocupação humana. No século XVII, na Amazônia brasileira viveram de 1 a 2 milhões de índios. A epopéia da borracha fixou 300.000 nordestinos entre 1872 e 1910 (De Oliveira, 1983). A ocupação indígena produziu uma “artificialização” muito limitada do meio. Na primeira metade do século XX, o aproveitamento das terras pelo caboclo é sobretudo aquele das várzeas. As atividades, naquela época, são centradas sobre as margens dos rios e dos cursos d’água. A segunda maior colonização amazonense será aquela da estrada. As modificações do meio que ela trará serão profundas.

Os pioneiros são oriundos de regiões cujas condições naturais diferem das da floresta úmida. Sobre o novo território, eles não dispõem de nenhum saber empírico. Nenhuma regra, por exemplo, para identificar as qualidades de um solo, ou antecipar a pluviometria. Eles não se beneficiam de nenhuma história social do meio. A situação dos empresários agrícolas pode ser considerada, de certo modo, como análoga. Os referentes culturais ou zootécnicos (técnico-científicos) são pouco numerosos e frágeis. É o exemplo do manejo das pastagens plantadas após desmatamento (cf. S. Hecht, 1984).

Essa característica é essencial; contrariamente à situação comum, o sistema de valorização que então se coloca não saiu de uma transformação endógena, ao menos em parte, de um sistema tradicional. Trata-se de uma valorização em formação, sem verdadeira antecedência. Desse fato singular, deduz-se que a valorização pioneira fundamenta-se sobre a atividade de extração dos recursos do meio natural: pistas florestais traçadas para a exploração das essências comerciais, minas e poços para extrair as riquezas do subsolo, desmatamento

por queimadas para criar a fertilidade necessária às culturas anuais, esgotamento dos solos pela atividade da criação.

Sabê-se que a exploração dos recursos naturais é marcada pelos fenômenos de renda. Cada jazida mineral, cada parcela de terreno apresentam características naturais únicas. Supondo, em condições técnicas dadas, um investimento em trabalho e em capital equivalente em 2 terrenos o custo de exploração será diferente. Por outro lado, existe em geral um preço único de mercado. A renda é vista aqui como a diferença entre o custo de produção, compreendidos a remuneração dos investimentos e do capital, e o preço de mercado.

A dinâmica produtiva do sistema pioneiro é determinada pela existência da renda diferencial, resultante da exploração dos recursos primários. Esta dinâmica produtiva pode ser duplicada por uma dinâmica especulativa ligada às transferências freqüentemente maciças do Estado em relação a regiões pioneiras. A apropriação e a redistribuição desses excedentes constituem a aposta permanente e conflituosa entre as diferentes categorias de atores da colonização. As principais categorias de atores que se pode distinguir por sua lógica de comportamento são quatro. A categoria dos pioneiros designa o conjunto das famílias ou dos indivíduos, deslocados na zona de fronteiras, que exercem uma primeira atividade de extração do meio. Ela agrupa tanto os colonos agrícolas instalados pelas autoridades do Estado, os desmatadores não-enquadrados, quanto, por exemplo, os garimpeiros da Amazônia. Sua característica comum é que eles, inicialmente, não dispõem de nenhum capital. Os grandes proprietários pecuaristas procuram assegurar o controle do espaço pioneiro para realizar sua pecuária extensiva ou simplesmente para fins especulativos. As firmas de extração se desdobram, nas perspectivas de pecuária e de apropriação lucrativas. As firmas não-extrativas respondem às incitações fiscais propostas pelo Estado. As instituições públicas e parapúblicas, enfim, acompanham a lógica estatal fundamentada sobre o enquadramento total e o igualitarismo formal.

Esta tese pode ser brevemente ilustrada pelos casos brasileiro e nicaraguense.

2.2. Lucros agrícolas no Sudoeste da Nicarágua, lucros da mineração e especulação no Norte do Brasil

A valorização da região de Nueva Guinea é marcada pela existência de lucros sobre as madeiras de cor e sobre os grãos de base (milho e feijão). Será examinado este último caso, muito original. Para essas duas produções, a superfície cultivada foi multiplicada por 20 entre 1970 e 1981. Esse crescimento apresenta uma amplitude sem relação com o crescimento populacional. O autoconsumo abrange a metade da produção, o resto é comercializado. Para o feijão, a região de Nueva Guinea representa o quarto das negociações comerciais do País. De 1965 a 1979, a produção da zona recebe entre 22 e 30% do preço da venda varejista em Manágua (F. Lévéque, 1983). Esta produção de feijão transita aí por quatro intermediários. Em média, o preço de compra ao produtor é inferior a 20% do preço de compra médio nacional. É interessante constatar

que quando o ano de colheita é ruim na região a diferença entre o preço de compra ao produtor da zona e o preço de compra médio nacional se reduz, ou mesmo se anula. E inversamente, nos anos bons, essa diferença aumenta. O feijão e o milho são cultivados na região por “roçada-apodrecimento” (3). Esta técnica agrícola apresenta uma excelente produtividade em termos de toneladas colhidas por unidade de trabalho, apesar de ter um rendimento por unidade de superfície muito medíocre. Ela é muito superior àquela obtida pela “roçada-queimada” (não precisa semear com pau de cavar). Ela é igualmente mais forte que aquela observada nas outras regiões. Até 1979, essa renda sobre o milho e o feijão era retirada antecipadamente pelos comerciantes e transportadores. Ela é amplamente exportada da zona. A partir de 1980, com a aplicação de uma nova política de comercialização, o preço de compra ao produtor aumentou consideravelmente (ele é multiplicado por 3 no decorrer das 3 primeiras campanhas).

A produção dá um salto adiante. Assiste-se mesmo a uma migração sazonal para produzir o feijão. Os produtores passam aproximadamente 1 mês na zona, em dois períodos. No final do segundo período, eles entregam sua colheita diretamente ao organismo público coletor. Em seguida, eles tomam o ônibus para Matagalpa ou Esteli.

Na Amazônia brasileira, a dinâmica produtiva é fundamentalmente marcada pelas perspectivas e a existência das rendas da mineração.

Os recursos florestais são ainda pouco explorados para a sua madeira. As serrarias e as fábricas de compensado são pouco desenvolvidas.

A produção agrícola comercial é destinada aos mercados intra-regionais, principalmente urbanos. A produção cacaueteira de Rondônia parece a única exceção; ela oferece lucros elevados. Os produtores pioneiros ficam em condições de extrema instabilidade e de precariedade. Vindos sem capital, a realização de um começo de acumulação, com a ausência de rendas, lhes é impossível. Se, por sorte, descobrem boas terras, aptas a lavouras interessantes, eles são expulsos. Produtores de terras desmatadas e descobridores eventuais de fontes de renda são excluídos grosseiramente dos processos de acumulação.

A pecuária repousa essencialmente sobre uma dinâmica especulativa. Em zona de pecuária da Amazônia oriental, os donos de mais de 10.000 ha controlam 56% das terras; esta porcentagem eleva-se a 85% se o limite é abaixado para 1.000 ha. Aqui, as perspectivas de lucro na produção bovina, às vezes nulas, não são o verdadeiro motor dos grandes proprietários. Sabe-se que na Amazônia brasileira a apropriação do território está ligada às taxas de inflação elevadas, aos incentivos fiscais, aos créditos subsidiados, ou às perspectivas de reali-

(3) A “roçada-apodrecimento” é uma técnica de produção do milho ou do feijão amplamente difundida no trópico úmido centro-americano. Em algumas palavras, ela consiste em semear diretamente à-toa numa capoeira de 3-5 anos. Esta vegetação é em seguida cortada; os caules, galhos e folhas são espalhados pela parcela. A semente repousa sobre um manto de matéria orgânica em decomposição avançada, proveniente do corte da capoeira do ciclo precedente. Seu aparelho radicular desenvolve-se então. Por cima, a plantinha cresce no meio do emaranhado frouxo dos pedaços de matéria vegetal que acaba de ser cortada.

zação de futuras infra-estruturas ou de descobertas de minerais. O valor das terras aumenta mesmo se as capacidades produtivas declinam (Hecht, 1984).

A produção mineira desenvolve-se consideravelmente. Em 7 anos (1977-1983), a produção de ouro amazonense passou de menos de 25% a mais de 90% da produção nacional. Com a implementação do projeto Carajás, a produção de ferro representará o terço da produção nacional (o Brasil é, com a Austrália, o primeiro produtor mundial). Para o estanho, desde os anos 1970, a Amazônia produz 10.000 toneladas/ano, ou seja, a metade da produção nacional. A valorização das jazidas de ouro, de estanho e de pedras preciosas opõem os garimpeiros e as firmas mineiras. Estas encontram as maiores dificuldades para interditar efetivamente o acesso dos garimpeiros aos seus pontos de extração. Cada vez que a CVRD (Companhia Vale do Rio Doce) quer interditar Serra Pelada, os garimpeiros ameaçam sabotar a via férrea Carajás-São Luís. Notar-se-á que as firmas e os chefes dos garimpeiros apropriam-se na totalidade das rendas mineiras. A arrecadação do Estado é nula.

A redistribuição das rendas da mineração toca uma população considerável. A população dos garimpeiros pode ser avaliada em torno de meio milhão de pessoas. Conhece-se igualmente as grandes concentrações humanas, ligadas à redistribuição ou às suas perspectivas, em torno dos pólos mineiros, ou de suas infra-estruturas vinculadas (hidrelétrica de Tucuruí por exemplo). Vê-se bem, então, que na Amazônia brasileira a redistribuição dos excedentes não é unicamente aquela das rendas da atividade de extração. As transferências maciças operadas pelo Estado alimentam uma dinâmica especulativa muito forte. Os principais beneficiários disso são os grandes proprietários-pecuaristas e as firmas.

2.3. *O futuro das regiões pioneiras: deserto dos campos e cidades-fantasma ou desenvolvimento produtivo?*

O sistema pioneiro de valorização tem um só tempo: o do esgotamento dos recursos primários. As rendas permitem iniciar um processo de acumulação, mas sua realização permanece indissociável da destruição dos recursos primários.

A questão é saber (4) se a acumulação de origem extrativa ou especulativa pode ela própria dar origem ou ser substituída por um processo de acumulação produtivo baseado sobre a atividade agrícola e industrial não-extrativa. A passagem do círculo vicioso: exploração do meio baseada na renda diferencial — acumulação — extensão desta exploração — esgotamento dos recursos, ao círculo virtuoso: a acumulação de origem extrativa (ou especulativa) — investimentos produtivos não-extrativos — extensão da produção não-extrativa — reprodução econômica e ecológica de conjunto, não é simples.

(4) E não parar ou frear a destruição dos recursos primários. É assim que, na agricultura, o problema reside menos na destruição do abrigo florestal climático que na execução de um sistema de valorização agronomicamente e economicamente reprodutível que lhe sucederia.

Não se trata aqui de examinar a questão geral fundamental da passagem de uma lógica baseada na exploração da renda e de redistribuição a uma lógica de crescimento produtivo. Procuraremos simplesmente destacar os principais obstáculos e os agentes potenciais de uma valorização produtiva e não-extrativa para os dois casos de ilustração. O nível de exame é o da análise de conjunto. A diferenciação e a heterogeneidade locais das regiões de estudo não são então levadas em consideração.

Na região de Nueva Guinea, observa-se um início manifesto de acumulação camponesa. Seu produto está longe de ser na totalidade reinvestido na produção agrícola local. Uma parte é diretamente consumida e permite a melhoria do nível de vida familiar. Os bens de consumo comprados (querosene, vestimentas, açúcar...) são produtos do exterior da região. Uma outra parte está alocada à compra de terras dentro e fora da zona (caso dos produtores sazonais). O futuro de uma valorização agrícola ecologicamente e economicamente reproduzível é incerto. Será o sistema de "roçada-apodrecimento" ecologicamente estável (balanços importação-exportação da matéria orgânica e de elementos minerais)? Em consequência do seu fraco rendimento em volume por unidade de superfície, não será ele ameaçado pelo prosseguimento do crescimento demográfico? A introdução das lavouras permanentes ou semi-permanentes é feita em condições muito difíceis: variedades mal-adaptadas, problemas de escoamento e de conservação dos produtos. Enfim, a produção baseada na renda dos grãos, mesmo na hipótese de uma degradação a longo prazo dos solos, é levada a prosseguir pelo atrativo das vantagens que ela oferece.

Na Amazônia brasileira, as perspectivas de uma valorização não-extrativa sobre o conjunto do espaço são incertas. Os projetos não-extrativos, agrícolas, florestais e pecuários das firmas são condenados, no seu conjunto, como hoje, ao prejuízo financeiro ao menos até meio-termo. É necessário às firmas, pelo fato de o volume dos capitais aplicados (sob condições que esses capitais procedem, em parte, de fundos próprios), assegurar a reprodução agrônômica de seus sistemas de produção. A ausência de referências técnicas sólidas torna difícil sua realização. Ela é muito onerosa. É o exemplo do Jari e de suas dificuldades de implementar seu programa de reflorestamento. A vantagem de custo em relação às produções fora do trópico florestal úmido é difícil de resgatar. A produção de massa de papel do Jari não é, por exemplo, competitiva com a de Aracruz. O obstáculo reside também no confronto das firmas e das populações pioneiras. Como manter um enclave produtivo num espaço econômico submisso às leis de redistribuição e de exploração de rendas?

De um modo geral, a rentabilidade da produção de carne mostrou-se nula ou negativa. É pouco provável, salvo talvez a muito longo prazo, que a pecuária amazonense rivalize, para demanda interna ou o mercado internacional, com a produção extensiva dos cerrados. Hoje, os grandes índices de mortalidade, o difícil controle da cobertura vegetal, a ausência de protóxido de cálcio são alguns dos elementos que aí se opõem. Além disso, a intensificação da pecuária extensiva é mais favorável fora da Amazônia. Pode-se desde então fazer a hipótese de uma estagnação da pressão fundiária ligada à pecuária. Já sensível, ela é reforçada pela diminuição das ajudas do Estado que alimentam esta especu-

lação. Assistir-se-á a um congelamento das terras. Trata-se, para os criadores, de esperar pacientemente os resultados da pesquisa zootécnica em trópico úmido.

Na Amazônia brasileira, apesar das aparências, o antagonismo produtores pioneiros/grandes proprietários pecuaristas não é nítido. Pode-se mesmo esperar o domínio de uma terceira categoria de agentes: os produtores agrícolas da segunda onda de colonização. Antigos produtores médios paulistas, por exemplo, ocupam ou compram boas terras de Rondônia desmatadas pelos primeiros pioneiros, e aí investem seus meios de produção.

CONCLUSÃO

A pesquisa sobre as dinâmicas econômicas das regiões pioneiras apresenta então um duplo interesse teórico.

As zonas de colonização constituem um dos únicos lugares de observação de uma organização social e de uma “artificialização” do meio em formação. O sistema de valorização inicial é necessariamente fundamentado sobre a exploração dos recursos primários. Ele é determinado pelos fenômenos de criação, de apropriação e de redistribuição das rendas, e mais amplamente dos excedentes (transferências operadas pelos Estados). É desde então um lugar privilegiado para estudar concretamente as modalidades da passagem, ou não, de uma economia baseada na exploração da renda e redistributiva a uma economia de produção não-extrativa.

Por outro lado, o estudo da formação das regiões pioneiras contribui como um excelente revelador das políticas nacionais colocadas em ação pelos Estados. A sorte reservada aos pioneiros é em particular uma ilustração. Ela é como a dos soldados de infantaria nas batalhas. Em todos os casos, com certeza, o corpo de infantaria é, de todas as armas, o pior colocado nos campos de guerra. Mas seu destino não é aleatório, variando de uma ofensiva a outra e em função dos meios à sua disposição. Ele é regido fundamentalmente pelo que está diante dele e pelo que vem depois. O adiante do pioneiro é o meio natural que ele deve desmatar. São também as populações aborígenes. Os acontecimentos afrontando garimpeiros e índios da Amazônia estão aí para lembrá-lo. Aqueles que lhe sucedem, e lhe empurram adiante, são os grandes proprietários-pecuaristas, as firmas, ou os migrantes da segunda onda. Os meios colocados à disposição do pioneiro pelo Estado são, por vezes, nulos ou simplesmente ineficazes. Pode-se admitir sob caução da Aventura, ou da grande capacidade de adaptação dos pioneiros, que o Estado não leve em conta suas necessidades e sua ausência de saber empírico sobre o novo meio?

BIBLIOGRAFIA

- DE OLIVEIRA (A. ENGRACIA) Ocupação humana. In “*Amazonia: desenvolvimento, integração e ecologia*”. CNPq, ed. Brasiliense, 1983, pp. 144-327.
- I.A.N. Proyecto Rigoberto Cabezas. *Estudio de prinversion socio economica*. Manágua, 1969.

- FOUCHER (M.) Le Brésil et l'Amazonie nouvelle. In "Amazonies nouvelles", *Travaux et Mémoires de l'Institut des Hautes Etudes de l'Amérique Latine*. Univ. Paris III n° 30 — Paris, 1977, pp. 105-110.
- GUITART (F.) Caractéristiques des mouvements migratoires en Amazonie, dans les llanos colombo-vénézuéliens et la Guyane vénézuélienne entre 1950 et 1970. In "Amazonies nouvelles", *Travaux et Mémoires de l'Institut des Hautes Etudes de l'Amérique Latine*. Univ. Paris — III, n° 30 — Paris, 1977, pp. 265-181.
- HECHT (S.) Cattle Ranching in the Eastern Amazon: Environmental and Social Implications. In *The Dilemma of Amazonian Development*. Ed. by E.F. MORAN 1984. pp. 155-187.
- LARRERE (G.R.), BRUN (A.) La forêt dans l'espace rural. In *Actes du Séminaire Agriculture et Forêt*. Nancy 20-21 Avril 1983. ENGREF, pp. 33-48.
- LE GUEN (R.) La "Révolution" du coton au Nicaragua (1950-1976). première partie: l'agro-exportation, base d'une dictature dépendante in *Notes du GEREI* n° 8 Nov. 1978, ed. INRA, pp. 16-37.
- LÉVÊQUE (F.) La dynamique de la frontière agricole — Ses conséquences énergétiques: le cas de Nueva Guinea (Nicaragua). *Rapport d'expertise*. Agence Coopération Aménagement — Institut Nicaraguayen de l'Energie, Octobre 1983.
- RAISON (J.P.) L'encadrement des colonisations organisées: réflexion sur quelques exemples africains in: "L'encadrement des paysanneries dans les zones de colonisation en Amérique Latine". *Travaux et Mémoires de l'Institut des Hautes Etudes de l'Amérique Latine*. Univ. Paris-III n° 32, Paris 1978, pp. 161-168.
- SLUTSKY (D.) El avance de la frontera agrícola con especial referencia a la Costa Atlántica de Nicaragua. In *Actas de II seminario nacional de recursos naturales y del ambiente*. Managua 26-28, Agosto 1981: pp. 99-106.
- TAYLOR (J.R.) *Agricultural settlement and development in eastern Nicaragua*. Land Tenure Center-Madison, February 1968.